

**Brasília-DF, 09 de outubro de 2024**

Governo espera enviar ao Congresso proposta para isentar do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil ainda este ano

Estimativa é que o impacto seja de aproximadamente R\$ 40 bilhões a partir de 2026 e o Ministério da Fazenda já traçou cenários para compensar o valor



Moedas de real (Foto: REUTERS/Bruno Domingos)

Promessa de campanha de 2022, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil ainda depende de uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para se tornar realidade. Segundo a colunista do UOL, Mariana Londres, o governo deve enviar ao Congresso uma proposta ainda em 2024, acompanhada de medidas compensatórias para equilibrar a renúncia fiscal. No entanto, a previsão é que a tramitação no Legislativo leve tempo, com o debate se estendendo até 2025. Assim, mesmo que aprovada, a isenção entraria em vigor apenas em 2026, respeitando o princípio da anterioridade.

A estimativa é que o impacto da medida seja de aproximadamente R\$ 40 bilhões a partir de 2026 e o Ministério da Fazenda já traçou cenários para compensar o valor que deixaria de ser arrecadado. A ideia central é manter o equilíbrio das contas: se houver isenção para um grupo, outros contribuintes terão que compensar essa perda.

Uma das alternativas em discussão é a tributação de super-ricos, aqueles que possuem renda proveniente exclusivamente de lucros, dividendos e outros rendimentos isentos, mas que atualmente não pagam imposto sobre essa renda. Nesse caso, eles passariam a contribuir com um percentual mínimo, sem eliminar as isenções atuais.

A proposta segue a lógica da medida provisória 1626/2024, que instituiu a tributação mínima corporativa para grandes grupos multinacionais, alinhando o Brasil ao pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ainda no âmbito da reforma do imposto de renda, a equipe econômica também deve propor mudanças na tributação das empresas, como ajustes nos Juros

sobre Capital Próprio (JCP) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de revisões na tributação de lucros e dividendos. Para equilibrar essas alterações e não sobrecarregar o setor produtivo, há a possibilidade de redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Fonte: Brasil247

Empregos verdes e a crise climática – Clemente Ganz Lúcio



A humanidade produziu a crise climática e gerou a emergência ambiental. Secas, enchentes, queimadas, nevascas, furacões, destruição e mortes passam a fazer parte de um novo normal que criamos com a inteligência e a estupidez que nos caracteriza. Não é possível negociar com a natureza. Então, só nos resta lutar para mudar a longa lista de erros cometidos, inclusive a lentidão ou leniência para tomar as difíceis e necessárias decisões para abrir a possibilidade de outra trajetória para a vida no planeta Terra.

Para isso, as Centrais Sindicais apresentam na Pauta da Classe Trabalhadora propostas para a promoção de atividades econômicas que gerem empregos verdes e reduzam o impacto ambiental, promovam a transição para uma economia de baixo carbono, aumentem a eficiência energética e conservem ecossistemas e biodiversidade. Esses empregos podem ser encontrados em diversos setores da economia, mas têm presença destacada nas indústrias que promovem o uso eficiente de recursos e energia, reduzem emissões de carbono e minimizam o desperdício e a poluição, ou na adaptação para práticas sustentáveis em setores como construção civil e agricultura.

É fundamental que a geração de empregos verdes seja parte de estratégias que promovam a “transição justa” para uma economia sustentável.

A transição energética é essencial para gerar uma economia de baixo carbono. O recente relatório publicado pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

**Brasília-DF, 09 de outubro de 2024**

“Renewable Energy and Jobs: Annual Review 2024”[1], indica a criação de empregos verdes no setor de energias renováveis e aponta desafios para a transição justa.

Há mais de 16 milhões de empregos no setor de energia renovável no mundo, assim distribuídos: 7,1 milhões de empregos em energia solar fotovoltaica; 2,8 milhões no setor de biocombustíveis líquidos; 2,3 milhões em energia hidrelétrica; 1,5 milhão em energia eólica; e 2,5 milhões em outros setores como biomassa sólida, aquecimento e resfriamento solar, bombas de calor, biogás, energia geotérmica, resíduos, energia das marés, etc.

A energia solar fotovoltaica representa 44% de todos os empregos renováveis, sendo a China o maior empregador, com 4,6 milhões de postos. Outras nações, como Estados Unidos, Brasil, Índia e países da União Europeia, também têm mostrado avanços consideráveis, embora em ritmo inferior ao chinês.

No setor de energia eólica, foram registrados 1,5 milhão de empregos em 2023, com a China também dominando esse campo, com 51% dos postos de trabalho. Em seguida vêm a Europa e os Estados Unidos, que mantêm uma posição relevante em termos de inovação tecnológica, mas enfrentam desafios para manter a competitividade.

A China foi responsável por dois terços da nova capacidade instalada em 2023 em energia solar e eólica no mundo. Hoje possui uma capacidade instalada quatro vezes maior em energia solar fotovoltaica e três vezes maior em energia eólica que a dos Estados Unidos.

O Brasil é o maior empregador mundial no setor de bioenergia, impulsionado pela produção de etanol e biodiesel, principalmente a partir da cana-de-açúcar com 994 mil empregos. O país também se destaca no setor de energia hidrelétrica, sua principal fonte de energia renovável, com 177 mil empregos diretos, segundo o relatório da IRENA e OIT.

Nos últimos anos, o Brasil tem registrado um rápido crescimento na capacidade instalada de energia solar fotovoltaica e eólica. O país tem 264 mil empregos no setor solar, posicionando-se como um dos maiores mercados de energia solar fotovoltaica da América Latina. Esse crescimento nos investimentos foi apoiado pelo papel estratégico desempenhado pelo BNDES. No setor eólico, o Brasil é um dos principais países da América Latina, com 80 mil empregos.

Embora o crescimento no número de empregos verdes seja promissor, o relatório da IRENA e da OIT destaca que é preciso mais do que gerar empregos: é necessário garantir que esses empregos sejam decentes, com boas condições de trabalho,

remuneração justa e direitos garantidos. A transição energética precisa ser inclusiva, promovendo oportunidades para mulheres, jovens e grupos minoritários, o que atualmente ainda é um grande desafio. Para isso, são necessárias políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada, investindo em educação e formação técnica. A formação contínua e a qualificação dos trabalhadores serão fundamentais, principalmente em áreas onde as tecnologias estão em rápida evolução, como a solar e a eólica.

O relatório destaca que as mulheres continuam sub-representadas, especialmente em funções técnicas e de liderança. Em média, as mulheres ocupam apenas 32% dos empregos no setor de energia renovável, e este percentual cai ainda mais em funções de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, onde representam apenas 22%.

O relatório conclui com uma abordagem sobre as estratégias para uma transição energética bem-sucedida, relacionando dois caminhos estruturais: o caminho de custos e lucros e o caminho centrado nas pessoas e no planeta. E conclui afirmando que os projetos de energia renovável podem ser bem implementados se as comunidades forem consultadas desde o início e se seu direito de consentimento livre, prévio e informado for protegido. Uma abordagem centrada nas pessoas e no planeta deve capacitar as partes interessadas da sociedade civil, incorporar direitos trabalhistas e garantir que os empregos sejam atraentes e decentes. É essencial garantir o respeito às perspectivas de gênero e juventude para promover diversidade, equidade e inclusão.

A transição energética é uma das missões prioritárias da política industrial expressa Nova Indústria Brasil (NIB). A agenda da transição energética inclui a expansão das energias renováveis solar e eólica; incentivos para bioenergia e biocombustíveis, como etanol e biodiesel; a produção de hidrogênio verde; a busca pela eficiência energética em diferentes setores da economia, reduzindo o consumo de energia e as emissões de carbono; investimento em infraestrutura elétrica e inovações tecnológicas, o que inclui a integração de fontes renováveis e a expansão da rede de transmissão.

O Brasil está bem posicionado para participar da transição energética, com uma matriz já predominantemente renovável e um grande potencial para expandir suas fontes limpas. No entanto, o sucesso dessa transição dependerá de uma combinação de investimentos em infraestrutura, políticas públicas eficazes e a superação de desafios econômicos e institucionais, o que deve ser construído e conquistado nos espaços de diálogo social, comprometendo-se com estratégias e resultados que

**Brasília-DF, 09 de outubro de 2024**

incluam a geração de empregos de qualidade e a transição justa.

Clemente Ganz Lúcio, Sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, membro do CDESS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República, membro do Conselho Deliberativo da Oxfam Brasil, consultor e ex-diretor técnico do Dieese (2004/2020).

Fonte: Diap

ABDI e CNI fecham parceria para montar observatório nacional da indústria

A iniciativa vai permitir o acompanhamento do setor produtivo e do programa Nova Indústria Brasil



Indústria brasileira (Foto: Agência Brasil)

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) fecharam uma parceria na última sexta-feira para montar o primeiro observatório nacional da indústria no governo federal, informa a Folha de S. Paulo. A ABDI será responsável por estruturar o órgão, enquanto a CNI fornecerá informações e dados para o monitoramento.

A iniciativa vai permitir o acompanhamento do setor produtivo e do programa Nova Indústria Brasil, plano que vai investir R\$300 bilhões para fomentar empresas nacionais por meio do uso de linhas de crédito, subsídios e exigências de conteúdo local. O contrato para montar o observatório é de R\$5 milhões.

"A inteligência de dados na aplicação da Nova Indústria Brasil é fundamental. Teremos um grande hub para entender onde os recursos estão chegando e como estão chegando. É estratégico para a neointustrialização", diz o presidente da ABDI, Ricardo Capelli.

Fonte: Brasil247

Emprego e rendimento dos trabalhadores da indústria seguem crescendo

Indicadores associados à atividade industrial, como faturamento, horas trabalhadas e utilização da capacidade instalada ficaram estáveis



CLARABIOA FILMES / CNI

A pesquisa Indicadores Industriais, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicada nesta segunda-feira (7/10), revelou que todos os indicadores que medem o desempenho do mercado de trabalho industrial cresceram na passagem de julho para agosto. No período, o número de postos de trabalho na indústria subiu 0,4%. Foi o 11º mês consecutivo sem queda no emprego industrial.

Na comparação com agosto do ano passado, o índice teve alta de 3,1%. Já no acumulado dos oito primeiros meses do ano, frente ao mesmo período de 2023, o emprego cresceu 1,9%. Entre os indicadores relacionados ao mercado de trabalho, a massa salarial real da indústria de transformação foi o que mais cresceu. O índice subiu 1,5% frente a julho deste ano, e 1,7% em relação a agosto do ano passado. A soma dos resultados do indicador entre janeiro e agosto de 2024 é 3,3% superior ao mesmo recorte de 2023.

O rendimento médio dos trabalhadores, por sua vez, avançou 1,1% na comparação com o resultado observado em julho. Em relação a agosto de 2023, recuou 1,3%, enquanto no acumulado dos oito primeiros meses deste ano – frente a igual período do ano passado –, subiu 1,4%.

Na avaliação de Larissa Nocko, especialista em Políticas e Indústria da CNI, embora a atividade industrial tenha mostrado estabilidade em agosto, o desempenho da indústria de transformação, até o momento, é superior ao observado no ano passado.

"Existem elementos para nós acreditarmos que o segundo semestre também será de crescimento, embora um crescimento mais modesto em relação ao que se apresentou no primeiro semestre. Dados relacionados à demanda por bens industriais, incluindo

Brasília-DF, 09 de outubro de 2024

o baixo nível de estoques, e ao próprio mercado de trabalho, têm reforçado essa ideia de que a procura por bens industriais deve continuar avançando na segunda metade do ano”, avalia.

Segundo a pesquisa, os indicadores mais associados à atividade industrial mostraram estabilidade. O faturamento real das empresas, por exemplo, manteve-se estável (+0,7%) na comparação com julho deste ano. Na comparação com agosto do ano passado, o indicador aumentou 5,3%. De janeiro a agosto de 2024 frente aos mesmos meses de 2023, o faturamento acumula alta de 3,7%.

As horas trabalhadas na produção permaneceram estáveis (+ 0,1%) na passagem de julho para agosto. Em relação a agosto de 2023, o índice cresceu 4,8%, enquanto no acumulado dos oito primeiros meses deste ano frente ao mesmo período do ano passado, saltou 3,6%. Já a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) fechou agosto em 79,3%, 0,2 ponto percentual abaixo da observada em julho, o que significa estabilidade. Ainda assim, a UCI de agosto de 2024 está 0,7 ponto percentual acima da registrada em agosto de 2023.

“Embora parte dos indicadores tenha mostrado estabilidade nessa passagem de julho para agosto de 2024, quando a gente compara o acumulado de janeiro a agosto de 2024 contra janeiro a agosto de 2023, todos os indicadores compreendidos pela pesquisa mostraram um avanço, o que mostra que a indústria de transformação está numa situação mais favorável agora do que a situação em que ela se encontrava em 2023”, concluiu.

Fonte: Metrôpoles

Projeto diminui de 70 para 60 anos a idade mínima para sacar o FGTS

A Câmara dos Deputados analisa a proposta

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Rubens Pereira Júnior: 70 anos é tarde para sacar o FGTS

O Projeto de Lei 2177/24 reduz para 60 anos a idade mínima para sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei do FGTS.

“Atualmente, uma pessoa só pode sacar o FGTS, pelo critério etário, aos 70 anos. Como a expectativa de vida no Brasil é de 72 anos, essa possibilidade se revela tardia”, afirmou o autor da proposta, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Além do critério etário, pela legislação atual é possível sacar o FGTS em situações específicas – entre outras, para comprar a casa própria, na aposentadoria, em razão de demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI

FILIADA À
NCST
NOVA CENTRAL

OUTUBRO
ROSA
Campanha de Conscientização Contra ao Câncer de Mama

Quando se trata de Câncer de Mama, toda a mulher tem que se prevenir. Não Vacile!
Faça o autoexame.
Se conheça, se ame, se cuide!

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI 2024